DECRETO Nº 122/2014

Disciplina a obrigatoriedade do prestador de serviços de estacionamento de veículos automotores a fornecer ao consumidor, ao término da prestação do serviço, comprovante discriminado, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos artigos 73, incisos IX, da Lei Orgânica do Município de Campos dos Goytacazes e artigo 294 da lei 4.156, de 16 de setembro de 1983 (Código Tributário Municipal);

CONSIDERANDO a rudimentar organização na prestação de serviços de estacionamento de veículos automotores;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer regras para os prestadores de serviço de estacionamento de veículos automotores;

CONSIDERANDO a dificuldade de na emissão instantânea da nota fiscal de serviços eletrônica (NFS-e), devido ao volume de serviços;

CONSIDERANDO ainda a necessidade de substituição do recibo provisório de serviços (RPS) por nota fiscal de serviços eletrônica (NFSe)

DECRETA:

Art. 1º - Fica o prestador de serviços de estacionamento de veículos automotores obrigado a fornecer ao consumidor, no ato do término da prestação do serviço, comprovante em forma de cupom, devidamente autorizado pelo fisco.

Parágrafo único - entende-se por prestador de serviços de estacionamento de veículos automotores as pessoas jurídicas e físicas que efetuam cobrança para o estacionamento e guarda de veículos, em área própria, de terceiro ou em área pública, enquadrados no item 11.01 da lista de serviços anexa à Lei Municipal n.º 7.529/2003.

Art. 2º - Do comprovante deverá constar o nome do prestador, seu CNPJ ou CPF, sua inscrição municipal (alvará), placa do veículo, data, horário de entrada e saída do veículo, valor cobrado e deverá constar no corpo a denominação "RPS - recibo provisório de serviços".

Art. 3º - O comprovante previsto no artigo anterior terá efeito de recibo provisório de serviços (RPS), devendo ser substituído pela nota fiscal de serviços eletrônica (NFS-e) até o décimo dia subsequente ao da sua emissão, não podendo ultrapassar o dia 05 (cinco) do mês seguinte ao da prestação do serviço.

Art. 4º - O prestador de serviço de estacionamento de veículos automotores deverá manter em seus arquivos, pelo prazo decadencial, cópia do comprovante descrito no caput do artigo 1º, permitindo ao consumidor ou órgãos públicos, em caso de necessidade, a garantia de consulta e nova cópia.

Art. 5º - As empresas terão o prazo de 60 (sessenta) dias para se adaptarem aos termos do presente Decreto.

Art. 6º - O não cumprimento do presente Decreto sujeitará ao prestador de serviços as penalidades previstas na legislação em vigor.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, Campos dos Goytacazes/RJ, 08 de maio de 2014.

ROSINHA GAROTINHO

- Prefeita –

Id: 1675147